

PODER/ Medidas em favor da popularidade do presidente, que devem somar R\$ 150 bilhões e serem anunciadas a partir de amanhã, não terão alcance se impacto da invasão russa for profundo, como se espera

Bolsonaro e o custo da guerra

» INGRID SOARES

Alan Santos/PR



A visita de Bolsonaro a Putin não será capaz de fazer o Brasil ficar alheio aos efeitos da guerra. Economia será impactada

A fim de evitar que a invasão da Ucrânia pela Rússia cause desgastes que se reflitam na campanha de reeleição, Jair Bolsonaro (PL) voltou seus esforços para medidas de cunho popular que desviem a atenção do eleitorado de problemas econômicos causados pelo conflito no Leste Europeu. Já é certa, por exemplo, a liberação do saque do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) de até R\$ 1 mil por trabalhador com saldo disponível na conta, além de um pacote de crédito de R\$ 100 bilhões para micro e pequenos empresários. O presidente também tem especial interesse nas votações relacionadas aos combustíveis no Congresso, que devem se intensificar esta semana. As bondades devem chegar a R\$ 150 bilhões e começam a ser divulgadas amanhã, Dia Internacional da Mulher.

Todo esse aceno ao eleitor, porém, tem custos — e são altos. Isso porque, entre especialistas, aumenta o receio de um desequilíbrio fiscal, que, no médio prazo, engoliria o pacote de benesses. A inflação, em rota de subida, ainda pioraria o cenário, pois refletiriam a fatura da guerra. Não apenas a importação de fertilizantes — fundamentais para o agronegócio — e o aumento do barril de petróleo no mercado internacional impactariam a carestia, mas também a redução na oferta de grãos, como trigo, pela Rússia e pela Ucrânia empurra os preços para cima. Já há a expectativa de que aves e suínos ficarão mais caros nas gôndolas exatamente por causa do fechamento do mercado dos dois países em guerra.

O primeiro vice-presidente da Comissão de Relações Exteriores da Câmara, deputado Rubens Bueno (Cidadania-PR), classifica o governo como “destruído e incompetente”. “Basta ver a economia se arrastando, desemprego, pobreza e miséria aumentando em nosso país. Populismo é a marca de um governo completamente despreparado para enfrentar momentos durante quatro anos e agora bate o desespero”, critica.

Para José Luís Oreiro, professor do Departamento de

Economia da Universidade de Brasília (UnB), os efeitos econômicos virão independentemente da posição de Bolsonaro em relação ao presidente russo, Vladimir Putin. Ele cita o aumento do preço internacional do petróleo, do gás, do milho, do trigo e da soja como consequências internas do conflito no Leste Europeu.

“Temos uma desvalorização das moedas dos países emergentes, em particular do Brasil ante o dólar, representando aceleração da pressão inflacionária, contrariando as expectativas iniciais do Banco Central de que a inflação começaria a ceder a partir de abril. Nenhuma das medidas que Bolsonaro adotar terá qualquer impacto sobre a cotação internacional das commodities”, diz.

Ritmo lento

Oreiro observa, ainda, que a economia vem em ritmo fraco,

e a guerra não ficará de fora da campanha eleitoral. “O boletim Ibre do FGV já mostrava crescimento em ritmo menor do que esperado no início de 2022. Essas medidas do presidente preparadas para o presidente podem ter alguma importância num primeiro momento, mas o impacto (da guerra) sobre a economia brasileira, a partir de abril, vai ser muito forte com a alta inflação de alimentos, economia retraindo e aumento do desemprego. Contra isso, não existe mágica possível”, avalia.

Sérgio Praça, cientista político e professor da FGV, concorda que será inevitável que a inflação e a gasolina subam com o conflito entre Rússia e Ucrânia. “As consequências internacionais serão grandes, e o Brasil vai sentir, assim como o resto do mundo. Não acho que tenha como escapar. As medidas propostas pelo presidente são

boas, mas serão engolidas pelo aumento da inflação. Melhor fazer do que não fazer, mas o efeito eleitoral (positivo) será pequeno, pois não fazem parte de um plano econômico coeso. São medidas pontuais.”

Segundo Praça, medidas populistas não são “uma boa maneira de conduzir a economia do país. É um conjunto de erros que a gente vai sentir nos próximos meses. Se pesar no bolso do brasileiro, mesmo que não seja culpa direta (de Bolsonaro), se reflete na popularidade”, garante.

Já o cientista político Rodrigo Prando, professor da Universidade Presbiteriana Mackenzie, avalia que o pacote de bondades do presidente terá impacto positivo inicialmente. Mas tem dúvidas se será capaz de ajudar na aprovação do presidente.

“Persistindo o cenário de guerra, o aumento dos combustíveis,

que vinha em uma crescente, é um fato que pode deteriorar a aprovação do presidente. Além de questões como o aumento do trigo e, conseqüentemente, o do pão. Tem ainda os fertilizantes, que podem atrapalhar os produtores e o agro”, salienta.

Para Prando, o governo Bolsonaro é reativo e, quando reage, o faz tardiamente e de maneira malfeita. “Gasto público em ano eleitoral costuma ter um impacto, é inegável. Melhoria do pagamento do Auxílio Brasil, linhas de crédito, tudo isso pode ajudar em regiões em que a pobreza e a miséria são maiores. Tem que ver se haverá tempo para que esse efeito seja traduzido em ganho de popularidade e se converta em voto. Quando a campanha engrenar, os adversários farão de tudo para desgastar e colocar repetidas vezes as ações e as falas de Bolsonaro nesses três anos”, salienta.



Essas medidas preparadas para o presidente podem ter alguma importância num primeiro momento, mas o impacto (da guerra) sobre a economia brasileira, a partir de abril, vai ser muito forte”

José Luís Oreiro, professor de Economia da UnB



Persistindo o cenário de guerra, o aumento dos combustíveis, que vinha em uma crescente, é um fato que pode deteriorar a aprovação do presidente”

Rodrigo Prando, cientista político e professor da Universidade Mackenzie

Tarefa inglória: repaginar o “homem”

Mauro Pimentel/AFP



Na tragédia de Petrópolis, presidente desembarcou na sequência da viagem que fizera à Rússia

Aliados e conselheiros do presidente Jair Bolsonaro (PL) têm tentado convencê-lo a mudar de postura e a se apresentar de forma mais humana à população — levando em conta o cálculo eleitoral com vistas a um segundo mandato. Porém especialistas e figuras do entorno presidencial apontam que a tarefa de repaginá-lo é difícil, a começar por ele próprio, que costuma agir impulsivamente.

Fontes do Palácio do Planalto afirmam que o presidente até aceita uma intervenção ou outra, mas não a ponto de espantar seu eleitorado tradicional e fazer com que votos dali migrem para algum concorrente. Nessa seara, o filho 02, o vereador Carlos, é figura central: é ele que coordena as redes sociais do pai e faz coro com o irmão Eduardo, deputado federal, na manutenção das posturas radicais. Os dois têm grande ascendência sobre o presidente.

Políticos interessados na reeleição de Bolsonaro e com acesso a ele têm se esforçado para que seja mais maleável em alguns assuntos. A covid-19 é um deles. Tanto que sugeriram que o presidente tomasse publicamente a vacina, como fizeram vários chefes de Estado e de governo. Essa possibilidade, porém, é vista como remota, sobretudo agora que governadores e prefeitos relaxam as medidas de restrição exatamente por causa do avanço da imunização. Rio de

Janeiro, São Paulo e o Distrito Federal começam a derrubar a exigência de máscaras em locais públicos.

Empatia em relação às tragédias naturais também faz parte do rol de assuntos que mereciam mais engajamento de Bolsonaro, segundo interlocutores. Muitos acham que o fato de ele ter desembarcado em Petrópolis (RJ) para ver o estrago das chuvas logo depois de ter retornado da viagem a Moscou, no mês

passado, renderam pontos ao presidente. A ideia é fazer com que, se algo de magnitude semelhante acontecer, Bolsonaro faça o mesmo gesto.

Dilema

Ricardo Ismael, cientista político e professor da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), defende que Bolsonaro terá de conviver esse ano com o dilema de manter sua

base fiel e, ao mesmo tempo, tentar sair da bolha para buscar eleitores. “Talvez esse público bolsionarista raiz, no patamar de 20% a 25% da intenção de votos, tenha condições de levá-lo ao segundo turno. Mas é insuficiente para assegurar a reeleição. O dilema é o de começar a falar com outros grupos, como, por exemplo, os insatisfeitos com a gestão na pandemia e tentar diminuir a rejeição. É uma tarefa difícil, mas ele ainda tem tempo”, analisa.

O cientista político Cristiano Noronha, da Arko Advice, reforça que o governo pretende dar destaque às medidas que foram implementadas para contornar a pandemia, como o Auxílio Emergencial, a compra das vacinas, além da ajuda a vários setores da economia — como aviação e eventos. “Bolsonaro vai tentar mostrar esse lado da ação, dizer que não ficou parado. Essa é a principal estratégia: dizer que adotou todas as medidas necessárias para amenizar as consequências da pandemia no dia a dia das pessoas”, observa.

Na análise do cientista político André Rosa, um Bolsonaro mais light perderia uma quantidade considerável de votos dos eleitores fiéis à sua linha de discurso. “Isso traz mais perdas do que ganhos, pois soará aos eleitores bolsionaristas que foram usados como massa de manobra do presidente.” Rosa salienta que, se o presidente mantiver coeso o núcleo dos eleitores que tem, “poderá utilizar os recursos que estar de posse da máquina pública agrega”.

“E, desse ponto, ele tem condições de tentar agregar os votos dos indecisos. Ao mesmo tempo, terá a possibilidade de desidratar os vários candidatos que se apresentam como representantes da terceira via”, destaca, deixando claro que é o discurso radical que garantirá a Bolsonaro a polarização na pandemia e tentar diminuir a rejeição. É uma tarefa difícil, mas ele ainda tem tempo”, analisa.

Visita a Villas-Bôas

O presidente Jair Bolsonaro (PL) visitou, ontem, o ex-comandante do Exército general Eduardo Villas Bôas, no Setor Militar Urbano (SMU), em Brasília. Ele deixou o Palácio da Alvorada por volta de 10h40 e retornou à residência oficial cerca de 1h30 depois.

Antes de chegar à casa de Villas Bôas, Bolsonaro cumprimentou populares em frente ao Quartel General do Exército. Na volta, também conversou com um casal de apoiadores por alguns minutos, na entrada do Alvorada.

Villas Bôas, que foi assessor do Gabinete de Segurança Institucional (GSI) no início do governo Bolsonaro, tem Esclerose Lateral Amiotrófica (ELA), doença de caráter degenerativo. O general esteve no Palácio do Planalto, na última quinta-feira, em cerimônia alusiva ao Dia Mundial de Doenças Raras, normalmente celebrado em 28 de fevereiro.

Na ocasião, o presidente elogiou o ex-comandante do Exército: “Ele está umbilicalmente ligado a uma palavra sagrada, mais forte e mais valiosa que a própria vida: a nossa liberdade”, disse Bolsonaro. O presidente também afirmou que Villas Bôas é uma “inspiração”.

Na frente do Alvorada, Bolsonaro foi indagado sobre os áudios do deputado estadual Arthur do Val (Podemos), de São Paulo, que disse que as ucranianas são “fáceis porque são pobres”. Classificou a fala como “asquerosa”. “É tão asquerosa que nem merece comentário”, disse.